



Feira
Agroecológica
e Solidária



Tecendo a rede e construindo dinâmicas territoriais em Itapipoca

Maria Valdênia Santos de Souza

*Terra dos três climas, de verdes montanhas
[na revelação,
Eu sinto a pureza, da mãe natureza, a doce canção!
Se faz necessário nós sermos atentos ao que ela é:
Terra de esperança, de brisa e ar quente,
[sagrado mister!
Teus rios e cascatas, mocambos e recantos
[demonstram vitória!
O verde do campo, o azul do céu na sua amplidão
Retratam a beleza da tua grandeza no vasto sertão!
Nazaré Flor*

Foi nessa terra que nasceu a Rede de Agricultores(as) Agroecológicos(as) do Território de Itapipoca. Uma articulação constituída por homens e mulheres que têm buscado, ao longo de quase cinco anos, fortalecer a agricultura familiar por meio da Agroecologia. Uma organização que se insere na dinâmica do Território dos Vales do Curu e Aracatiçu com possibilidades e disposição para influenciar mudanças de comportamentos (nas áreas de produção, comercialização e consumo) e processos de construção de políticas públicas que atendam às demandas da agricultura familiar sob vários aspectos, tais como assistência técnica, acesso ao crédito, formação, educação, dentre outros.

A descrição do ambiente

O Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiçu está situado no norte do estado do Ceará e apresenta peculiaridades e especificidades de uma região caracterizada por ecossistemas de serra, litoral e sertão. Essa diversidade é um elemento que se incorpora à identidade do território, que tem 62% dos municípios inseridos no semiárido legal e que se integram em termos religiosos, comerciais, culturais e tantos outros.

A noção de identidade está presente nesse território desde antes das discussões e incidência de políticas públicas desencadeadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Pode-se dizer que ela se impulsionou a partir de 1971, ano da instalação da Diocese de Itapipoca que, desmembrada da Arquidiocese de Fortaleza e da Diocese de Sobral, agregou os municípios de Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapagé, Itapipoca, Itarema, Miraíma, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo, São Luis do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim e Uruburetama. A partir daí, a ação pastoral e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) contribuíram para a construção de uma unidade territorial baseada na religiosidade, mas também na cultura e nas lutas comuns, mantendo o município de Itapipoca (sede da Diocese) como centro de

encontro e referência para o comércio, trocas e debates políticos de uma região que passou a ser reconhecida como Região de Influência de Itapipoca (Rimi).

A relação já constituída entre os municípios foi ainda mais intensificada – especialmente entre agricultores e agricultoras familiares – quando da criação das regionais da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece), no ano de 1994. Desde então, houve não apenas o reconhecimento da unidade das organizações, como o fortalecimento dos laços e acúmulos políticos da região. A Fetraece reuniu primeiramente 13 municípios. Por decisão dos sindicatos rurais, posteriormente, foi adotada a mesma regionalização trabalhada pela Igreja Católica, facilitando a articulação entre as organizações e os movimentos constituídos.

O Território dos Vales do Curu e Aracatiçu, anteriormente denominado de Território de Itapipoca, tem uma extensão de 12.143,70 km² e uma população total de 482.564 habitantes, da qual 49,40% reside na área que o IBGE (2007) conveniona chamar de zona rural. Nesse espaço geográfico existem 26.644 estabelecimentos rurais, correspondendo a uma área de 711.221 hectares que abriga 30.701 agricultores(as) familiares.¹ O território possui 64 assentamentos rurais federais e 44 estaduais, com 3.479 e 703 famílias², respectivamente, que atualmente contam com assistência técnica tanto de órgãos oficiais, como de empresas ou ONGs. Dito isso, percebe-se que há diferentes formas de abordagens e metodologias sendo utilizadas nos processos de trabalho, que vão desde a reafirmação da lógica de transferência de tecnologias até a busca da construção do conhecimento agroecológico. Essa mescla de características e atores tão distintos confere ao território uma condição particular, que a um só tempo cria oportunidades e impõe desafios à sociedade civil e aos poderes públicos.

Do ponto de vista econômico, por exemplo, o Território dos Vales do Curu e Aracatiçu foi um dos primeiros a ter instalação de agroindústrias e perímetros irrigados para a produção de cana-de-açúcar e coco, chegando a alcançar picos de produção de cana para a exportação, a partir de investimentos públicos³ e privados. Entretanto, todo esse investimento e ganhos financeiros acarretaram outras mudanças não tão bem quistas pelas comunidades rurais, como vemos no depoimento a seguir:

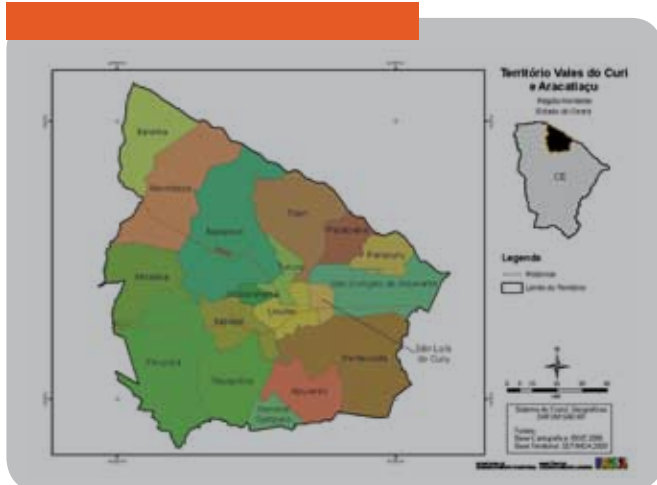
¹ Dados obtidos na página <http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&informe=s>

² Fonte MDA-Incra

³ Após o golpe de 1964, foi criada a Companhia Agroindústria do Vale do Curu (Agrova), com o apoio do Instituto de Açúcar e do Alcool e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Houve, ainda, a partir do final da década de 1970, o apoio da Sudene para a instalação de agroindústrias para o cultivo do coco em larga escala.

Ao lado: Feira Agroecológica e Solidária de Trairi

Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiçu



Com a cana-de-açúcar, as alterações ambientais e sociais foram mais profundas. Surgiu uma nova forma de incorporação ao capital: a industrialização da agricultura, que se caracterizou pela passagem da fazenda à empresa e pela negação da vida sertaneja (...). A monocultura, aliada ao uso de tecnologias exigentes de capital e de insumos de origem industrial, mudou a fisionomia da caatinga. Um canal irrigado de cinco mil hectares substituiu as matas nativas, carnaubais, oiticicas, capoeiras e pastos.

(MARTINS, 2008, p. 175)

Essa empreitada, que ocorreu entre 1964 e 1997, foi de encontro às culturas locais e afetou diretamente as paisagens, os recursos hídricos, as formas de produção e reprodução das famílias agricultoras e de indígenas do povo Tremembé que ainda habita áreas dos municípios de Itarema e Itapipoca.

Além disso, a ocupação dessas áreas provocou um acirramento de tensões entre trabalhadores(as) rurais e empresários, culminando em conflitos que resultaram em mortes de agricultores na defesa legítima do direito à terra. Vale destacar que, na década de 1980, a ação proativa de membros da Igreja e de leigos(as) foi decisiva no processo de luta pela terra.

O pior de toda a luta foi em 1983. Nós arriscamos muito a vida para defender a causa (...). E aí era polícia todo dia na nossa porta. Teve prisão das criaturas daqui (...). Aí, ameaçaram nós de morte, ameaçaram até matar a mamãe porque tinha muita reunião aqui. A gente passou bem uns três meses sem poder dormir (...). Eles apagavam a luz e ficavam atirando por cima da casa (...). Foi um dia, em que só tinha mulher reunida dentro de casa, que veio até trator para derrubar a casa. Aí nós saímos para enfrentar. Quando a gente chegou no terreiro, eles recuaram.

(Luiza Severiano, da Comunidade Salgado, Assentamento Várzea do Mundau, Trairi/CE)⁴

Naquele período, iniciou-se o trabalho do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra),

⁴ Depoimento extraído do livro *Terra feita de gente: uma história de emancipação social no Ceará*, 2006, pp. 257-258.

que então atuava prestando assessoria jurídica para o acesso à terra e realizando ações voltadas à organização social em parceria com a Igreja Católica, pastorais sociais e movimento sindical rural.

Atualmente, há uma presença ainda forte da fruticultura irrigada voltada à exportação. Já a piscicultura, a caprinocultura e a apicultura se apresentam como atividades em ascensão, enquanto o artesanato, principalmente nas tipologias palha e renda de bilro, continua representativo da tradição cultural do território. Entretanto, projetos associados à especulação imobiliária, que gozam do apoio do poder público com o argumento do desenvolvimento econômico da região vêm provocando maiores tensões e fizeram revigorar, a partir de 2002, a luta pela terra, tendo em vista a instalação de empreendimentos turísticos no litoral por grupos empresariais estrangeiros. A iniciativa do Grupo Nova Atlântica, por exemplo, que prevê a construção de uma cidade turística na praia da Baleia, localizada a 200 km de Fortaleza, atinge uma área da reserva indígena Tremembé, na comunidade de São José e Buriti. Ainda merece destaque o conflito entre o Assentamento Maceió e o projeto Praia do Pirata, cuja instalação ameaça o uso e a ocupação das terras daquela área pelas famílias assentadas.

Nesse contexto de disputa, em torno à própria noção de desenvolvimento territorial, foi criada a Rede de Agricultores(as) Agroecológicos(as) e Solidários(as), cuja legitimidade vem se firmando por meio de ações que objetivam fortalecer a agricultura familiar, estimular a troca de saberes e as interações estabelecidas entre habitantes do meio rural, as políticas públicas e os canais de comercialização solidária.

A constituição da rede

No ano de 2005, um grupo de 54 agricultores e agricultoras dos municípios de Itapipoca, Trairi, Tururu, Irauçuba, Apuiarés e Amontada participou de um processo de formação em Agroecologia promovido pelo Cetra, com o apoio financeiro da organização internacional Manos Unidas. Além do Cetra, sindicatos de trabalhadores(as) rurais (STRs) e organizações parceiras contribuíram para incentivar a participação de agricultores e agricultoras no curso.

Foram trabalhados de maneira articulada aspectos teóricos e práticos relativos à construção do conhecimento agroecológico, tendo como elemento fundamental a história de vida de cada agricultor e agricultora participante. Os depoimentos dos(as) agricultores(as) sobre suas vivências enriqueceram os debates, contribuindo de maneira decisiva

para a rápida compreensão/apreensão coletiva das práticas de manejo, das relações familiares e comunitárias, das lutas pela efetivação da reforma agrária e do valor dos costumes de cada canto do território.

A programação do curso contemplou visitas de intercâmbio que permitiram ao grupo reconhecer a importância não apenas da experimentação, da diversificação e da criatividade para a melhoria das áreas, mas também dos conhecimentos detidos por outros(as) agricultores(as), que muitas vezes se traduziam em técnicas mais adequadas para o enfrentamento de situações comuns a todos(as). Dessa forma, as visitas de intercâmbio evidenciaram o valor das trocas de conhecimentos dos(as) agricultores(as) entre si, bem como entre estes(as) e os(as) técnicos(as), alimentando relações mais respeitadas, autônomas e positivas entre todos os sujeitos do processo.

A riqueza dessa atividade de formação pode ser verificada pela consistência das intervenções dos(as) participantes e das relações estabelecidas entre os(as) mesmos(as), que, ao final do curso, em dezembro de 2005, decidiram criar a Feira Agroecológica e Solidária de Itapipoca. Desde então, a feira se constitui numa espécie de extensão da atividade de formação, proporcionando a oportunidade para encontros, trocas de informações e ampliação do alcance da rede, com a incorporação gradativa de novos(as) participantes. A feira também permitiu a aproximação dos segmentos envolvidos, fazendo com que a produção dos quintais e dos roçados chegasse à mesa do povo da cidade pela mão dos(as) próprios(as) agricultores(as). Criou-se, assim, a oportunidade para o estabelecimento de relações de proximidade e confiança entre quem produz e quem consome de maneira responsável. Agricultores e agricultoras passaram a desen-



Feira Agroecológica e Solidária de Itapipoca



Feira Agroecológica e Solidária de Itapipoca

volver estratégias de comercialização que se baseavam em planejamentos coletivos sobre o que levar para a feira, em que condições e em que quantidade, reforçando as ligações de grupo e considerando sugestões de consumidores(as). Com a participação na feira, os(as) agricultores(as) aumentaram seu poder de compra e expandiram o leque de consumo familiar, acessando diferentes bens e produtos ao mesmo tempo em que se ampliava a circulação de informações sobre a produção agroecológica.

Não obstante, já no primeiro ano da Feira Agroecológica e Solidária, os encontros mensais se mostraram insuficientes para dar conta das discussões sobre as estratégias de comercialização e das novas exigências que gradativamente o grupo de feirantes estabelecia. Os diálogos sobre transição agroecológica, incorporando novas informações e questionamentos, ampliados pela articulação com os(as) consumidores(as) e pelas necessidades decorrentes do processo de comercialização, encaminharam o grupo para uma outra fase, que exigia maior organização e aprofundamento dos conhecimentos.

A partir dessa compreensão, em maio de 2006, o grupo criou a Rede de Agricultores(as) Agroecológicos(as) do Território de Itapipoca, composta por agricultores e agricultoras que participaram dos processos de formação de multiplicadores(as) em Agroecologia iniciados em 2005.

A rede permitiu a superação de dificuldades práticas – como o manejo em áreas de pouca incidência de chuvas, ausência de tecnologias adequadas às características locais e elaboração e acesso a projetos produtivos –, mas também ensejou o fortalecimento do debate político sobre a Agroecologia e a socioeconomia solidária no território. A apropriação do conhecimento pelos(as) agricultores(as) e a articulação destes(as) em rede fizeram com que as dificuldades particulares tomassem uma dimensão coletiva e, ainda, que o espaço de busca de alternativas se mantives-

se dentro do próprio território. É dessa forma que se expressa a função estratégica da existência de uma rede, que, ao atingir um maior grau de organização e de capacidade de intervenção em espaços de definição de políticas públicas, pode contribuir para a modificação de posturas relativas à agricultura familiar, seja no aspecto da assistência técnica, da comercialização, da política de crédito ou da formação.

A situação atual

As reuniões da rede acontecem a cada três meses⁵ e delas participam, além dos(as) feirantes, outros(as) agricultores(as) multiplicadores(as) em Agroecologia, técnicos(as) de organizações de apoio e lideranças sindicais. Na ocasião, discutem assuntos de interesse da agricultura familiar e buscam aprofundar temas e questões que tenham interface com os princípios, valores e objetivos da rede, os quais foram definidos coletivamente e estão registrados em carta de princípios desde agosto de 2006.

Como bem se denomina, a rede é uma articulação de agricultores e agricultoras, embora técnicos(as) de ONGs e movimentos sociais também participem de sua formação e do desenvolvimento de suas ações. Entretanto, não houve na constituição da rede ou na sua dinâmica cotidiana o envolvimento de organizações oficiais de ensino, pesquisa e extensão, o que faz com que o grupo busque a ampliação das articulações no campo institucional. Uma das estratégias nesse sentido é a participação no Conselho de Desenvolvimento Territorial (CDT).

O CDT é uma estrutura criada para dinamizar as políticas de desenvolvimento territorial, mediante a articulação dos mais variados atores. De composição diversa, o conselho agrega órgãos públicos, ligados aos governos federal, estadu-

al e municipal, movimentos sociais, organizações populares, instituições de apoio e fomento, universidades, entre outros, resultando em um rico espaço de interação interinstitucional e multiatores. A Rede de Agricultores(as) Agroecológicos(as) começou a participar das atividades do CDT em 2009 e, como resultado, percebeu-se a ampliação de sua visibilidade, bem como o fortalecimento de sua intervenção política. Enfim, pode-se dizer que, com a inserção no conselho, o grupo de agricultores(as) da rede ganhou mais autoconfiança enquanto sujeito que pode influenciar na elaboração de políticas públicas territoriais, por dentro das estruturas coletivas já consolidadas e formalmente instituídas, ampliando, assim, o trabalho desenvolvido pela rede e os avanços obtidos.

Desses resultados, merecem destaque aqueles que evidenciam o engajamento da rede na construção de *um novo olhar e novos fazeres* da agricultura familiar no território, como as Feiras Agroecológicas e Solidárias e os Encontros Territoriais de Agroecologia e Socioeconomia Solidária (ETAs).

A rede é responsável pela organização das Feiras Agroecológicas e Solidárias que atualmente são realizadas quinzenalmente nos municípios de Itapipoca e Trairi. Em Itapipoca, a feira já tem quatro anos e conta com a participação direta⁶ de 18 agricultores(as). Em Trairi, a feira tem apenas seis meses e dela participam diretamente 17 feirantes. Nas feiras, não ocorre apenas a comercialização dos produtos agroecológicos, mas também a troca solidária, o resgate cultural – comidas, músicas, sementes –, a conversa sobre o consumo consciente e a segurança alimentar. Elas configuram, portanto, um espaço de partilha de *saberes e sabores*.

Para a realização dos ETAs, a rede estabeleceu uma articulação importante com o Fórum Microrregional pela Vida no Semiárido de Itapipoca, a partir da qual foram realizados quatro encontros (2006, 2007, 2008 e 2009). Atualmente, os ETAs fazem parte do calendário e da dinâmica do território como atividade de formação, articulação de grupos e outras organizações, diálogo com gestores das políticas públicas e efetiva troca de saberes entre agricultores(as). Os encontros possibilitam a manifestação das culturas local e regional, com a inter-relação das gerações e preservando a equidade da participação de mulheres e homens.

Outro aspecto a ser apontado na trajetória da rede é a prática da sistematização das experiências dos(as) agricultores(as), o que tem permitido que os processos de construção do conhecimento agroecológico se multipliquem nas comunidades do território. Nessa perspectiva, dentro dos

⁵ Os(as) feirantes permanecem com reuniões mensais, quando fazem visitas às unidades familiares dos(as) integrantes do grupo buscando aprofundar as trocas de conhecimentos e fortalecer as relações de parceria construídas ao longo do tempo.

⁶ É comum que um(a) feirante disponibilize para venda produtos de outros(as) agricultores(as) agroecológicos(as) residentes nas suas comunidades de origem, havendo, portanto, uma partilha dos resultados da comercialização nas comunidades. Esse gesto também é um demonstrativo da apropriação dos princípios e práticas da socioeconomia solidária pelo grupo.



Quintal agroecológico da Dona Graça Patrício - Tururu/CE



Mística de encerramento do IV Encontro Territorial de Agroecologia (IV ETA) realizada na praça central da Cidade de Itapipoca/CE

planejamentos anuais, a rede assume o compromisso de firmar parcerias para registrar as vivências de seus integrantes e a sua própria história, seja em boletins ou em outros meios. Dessa maneira, a sistematização da experiência da rede tem sido discutida com o conjunto de seus participantes, que descrevem a sua caminhada, sua influência na dinâmica do território e nos processos de transição nas áreas.

A constituição e a validação desse processo se deram a partir do envolvimento das pessoas, que passaram a adotar a prática da organização coletiva como mais uma rotina de suas vidas. Em suma, os(as) componentes do grupo participam e vivenciam a rede, e é justamente esse senso de pertencimento que lhe dá sentido e força. A gestão da rede é desenvolvida de forma colegia-

da, tendo uma coordenação geral e uma secretaria, cada uma composta por dois agricultores(as). Também possui três comissões – comunicação, formação e comercialização –, conduzidas por três ou quatro agricultores(as). Técnicos(as) não fazem parte da coordenação, mas participam das atividades da rede e colaboram nos processos de gestão, de formação, mobilização de recursos, além de promoverem atividades específicas de sua área, como assessoria técnica por meio do acompanhamento dos roçados e dos quintais agroecológicos.

A caminho de novos desafios

As condições peculiares do território alimentaram o processo de organização de grupos, associações, sindicatos e fórum, que resultaram numa articulação em rede. Esta, por sua vez, possibilitou a partilha de conhecimentos, a construção e o fortalecimento da identidade como agricultores(as) familiares agroecológicos(as). Como resultado, ocorre o aumento de áreas em transição para sistemas agroecológicos, a efetivação dos quintais como espaços produtivos e de encontro, o reconhecimento do trabalho das mulheres, a criação de feiras agroecológicas e a expansão do interesse dos(as) jovens para a continuidade dos estudos voltados para o campo, a troca de saberes e a articulação de agricultores(as) e organizações.

A articulação em rede agrega e incorpora novos significados ao trabalho dos(as) agricultores(as) familiares, permitindo avanços⁷ em vários campos e alcançando dimensões políticas, organizativas, de formação, dentre outras. No entanto, não se trata de um movimento linear constituído apenas por pontos positivos. Em que pesem os resultados obtidos, as dificuldades e os desafios estão presentes na realidade cotidiana da rede, que também vivencia momentos em que a participação se reduz, a produção nos quintais não atinge os níveis necessá-



Cortejo pelas ruas de Itapipoca/CE durante no IV Encontro Territorial de Agroecologia

rios para cumprir o planejamento das feiras ou os recursos para a manutenção das atividades oscilam. A sustentabilidade financeira, por sua vez, é um dos maiores desafios enfrentados pela rede, visto que a manutenção e a continuidade das atividades dependem ainda de projetos executados por organizações parceiras. Mesmo com a existência de um fundo rotativo mantido pelos(as) agricultores(as) da rede, o montante de recursos ainda é reduzido, sendo suficiente apenas para manter as barracas da feira ou fazer pequenas aquisições. Em face disso, o caráter temporário dos aportes proveniente dos projetos desperta a atenção do grupo para a temática da sustentabilidade e alerta para o risco de descontinuidade dos processos apoiados ou viabilizados pela rede.

Ainda assim, prevalece a certeza de que é por meio da organização comunitária que as pessoas se fortalecem, e os resultados obtidos pela Rede de Agricultores(as) Agroecológicos(as) do Território de Itapipoca constituem importantes referenciais para seguir na caminhada, assumindo o desafio constante de contribuir para que as dinâmicas territoriais validem as experiências e demandas da agricultura familiar agroecológica.

⁷ Importa destacar que da Rede de Agricultores(as) nasceu uma organização similar – a Rede de Apicultores(as) do Território de Itapipoca. Articulação que reúne integrantes de 14 grupos de apicultura, dos quais oito deles comercializam junto à Conab no Programa de Aquisição de alimentos (PAA).

Maria Valdênia Santos de Souza
assistente social; coordenadora da Linha Temática de
Socioeconomia Solidária do Cetra
valdenia@cetra.org.br